

## Sergio Moro defende grampos e “métodos especiais de investigação”

O juiz federal Sergio Fernando Moro saiu em defesa das interceptações telefônicas que autorizou na origem da chamada operação “lava jato”. Advogados de vários réus apontam irregularidades nas quebras de sigilo — o próprio doleiro Alberto Yousseff [tenta anular](#) todos os processos com esse argumento —, mas o juiz afirma que não houve “bisbilhotice” e que foi necessário o emprego de “métodos especiais de investigação”.

Em despacho assinado nesta segunda-feira (2/2), ele diz que os procedimentos convencionais são “evidentemente” ineficazes para apurar condutas de doleiros e o uso de supostas empresas de fachada, com significativa movimentação de dinheiro. Mesmo assim, afirmou que as denúncias formuladas baseiam-se em outras provas, como documentos de transferências financeiras, relatos de testemunhas e depoimentos de “criminosos colaboradores”.

A resposta foi dada em processo que tem como réus executivos da empreiteira Engevix. [Para a defesa](#), os primeiros grampos que chegaram ao grupo de Youssef são nulos, pois foram autorizados com base em provas colhidas em outro inquérito. Isso porque o foco inicial da Polícia Federal estava em um suposto esquema de lavagem de dinheiro que seria comandado pelo deputado José Janene, hoje morto. Só a



e cada um deu origem a uma investigação própria.

Moro (*foto*) reconhece que, a partir do doleiro Carlos Habib

Chater, chegou a Youssef e depois ao ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa. Afirma, porém, que houve um “desdobramento natural das investigações”.

Advogados também criticam a prorrogação das interceptações, afirmando que o juiz chegou a assinar 11 decisões idênticas, sem explicitar os motivos. Segundo Moro, a medida foi necessária para evitar “a continuidade delitiva sem qualquer controle ou possibilidade de interrupção pela polícia”. Ele apontou ainda que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal permite prorrogações “reiteradas vezes quando necessário”.

### Longas defesas



O juiz federal ainda criticou a extensão das respostas preliminares apresentadas nas últimas semanas por advogados. Como algumas chegam a beirar as cem páginas, Moro disse que o volume é “muito acima do usual”, porque argumentos das denúncias poderão ser melhor explicitados nas alegações finais.

Clique [aqui](#) para ler o despacho.

**Date Created**

02/02/2015